



SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



Balança em 31.12.2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
UNIDADE MONETÁRIA: (1)			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 334 975,23	1 352 530,45
Ativos intangíveis	6		97,67
Investimentos financeiros	17.14	8 267,78	8 267,78
SOMA		1 343 243,01	1 360 895,90
Ativo Corrente			
Inventários	9	4 315,65	3 946,72
Créditos a receber	17.1	8 563,22	8 764,79
Estados e outros entes públicos	17.6	2 729,87	1 779,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.13	56 642,47	55 700,17
Diferimentos	17.3	7 682,83	7 585,14
Outros ativos correntes	17.2	152 548,05	61 863,52
Caixa e depósitos bancários	17.4	9 491,22	36 205,62
SOMA		241 973,31	175 845,26
Total do ativo		1 585 216,32	1 536 741,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.5	48 337,86	48 337,86
Resultados transitados	17.5	196 940,97	375 769,07
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.5	813 990,76	847 666,10
SOMA		1 059 269,59	1 271 773,03
Resultado líquido do período		92 494,70	-126 246,13
Total do fundo de capital		1 151 764,29	1 145 526,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7, 8	32 972,26	30 000,06
Outras dívidas a pagar			
SOMA		32 972,26	30 000,06
Passivo corrente			
Fornecedores	17.16	84 380,13	99 880,78
Estado e outros entes públicos	17.6	29 826,26	26 615,22
Financiamentos obtidos	7, 8	26 410,89	20 000,04
Diferimentos	17.3	23 792,14	5 447,73
Outras passivos correntes	17.7	236 070,35	209 270,43
SOMA		400 479,77	361 214,20
Total do passivo		433 452,03	391 214,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 585 216,32	1 536 741,16

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

Tiago Tenório

A Direção

ASSOCIAÇÃO SOCIAL DO SILVEIRO
Associação Social do Silveiro
A DIREÇÃO,

[Assinatura]



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2025

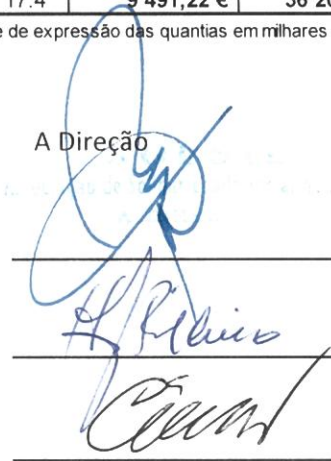
RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		398 552,34 €	411 277,77 €
Pagamentos a fornecedores		- 377 341,62 €	- 315 629,05 €
Pagamentos ao pessoal		-1 230 686,87 €	-1 236 299,85 €
Caixa gerada pelas operações		-1 209 476,15 €	-1 140 651,13 €
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1 247 593,09 €	1 132 398,58 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		38 116,94 €	- 8 252,55 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 40 104,43 €	- €
Investimentos financeiros		- €	- 23 025,14 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		- €	756,82 €
Subsídios ao investimento		- €	12 500,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 40 104,43 €	- 9 768,32 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 22 671,24 €	- 20 198,67 €
Juros e gastos similares		- 2 055,67 €	- 3 332,31 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 24 726,91 €	- 23 530,98 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)		- 26 714,40 €	- 41 551,85 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		36 205,62 €	77 757,47 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.4	9 491,22 €	36 205,62 €

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado



A Direção





Demonstração de Execução dos Resultados Por Natureza em 31.12.2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	Realizado	Previsto Orçamento 2025	Taxa de execução	Variação	
				Em valor	Em %
	(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4) = (2) - (1)	(5) = (4) / (1)
Vendas e serviços prestados	+ 391 782,50	421 042,71	93,05%	-29 260,21	-6,95%
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 1 353 994,67	1 128 260,89	120,01%	225 733,78	16,67%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 147 936,75	-158 530,61	93,32%	10 593,86	-7,16%
Fornecimentos e serviços externos	- 219 893,99	-217 315,70	101,19%	-2 578,29	1,17%
Gastos com o pessoal	- 1 262 494,09	-1 123 057,69	112,42%	-139 436,40	11,04%
Outros rendimentos	+ 60 100,53	15 220,01	394,88%	44 880,52	74,68%
Outros gastos	- 23 245,18	-1 311,59	1772,29%	-21 933,59	94,36%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	= 152 307,69	64 308,02	236,84%	87 999,67	57,78%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ -57 757,32	-59 742,99	96,68%	1 985,67	-3,44%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	= 94 550,37	4 565,03	2071,19%	89 985,34	95,17%
Juros e gastos similares suportados	- 2 055,67	-3 260,85	63,04%	1 205,18	-36,96%
Resultado antes de impostos	= 92 494,70	1 304,18	7092,19%	91 190,52	6992,19%
Imposto sobre rendimento do período	-/+				
Resultado líquido do período	= 92 494,70	1 304,18	7092,19%	-91 190,52	-98,59%

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

Tiago Tenreiro

A Direção

A Direção



Tiago Tenório

1. Identificação da Entidade

A SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 72 de 26/03/1992, Série III, com sede na Rua das Areias, n.º 46, 3700 - 066 Oiã. Tem como atividades principais para a prossecução dos seus fins:

- Atividades de Apoios à Comunidade:
 - ✓ Fisioterapia;
 - ✓ Gabinete Médico e de Enfermagem/Análises Clínicas;
 - ✓ Lavandaria;
 - ✓ Serviços de Refeição.
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Acolhimento Temporário;
- Centro de Convívio – Valência encerrada em abril de 2025;
- Centro de Dia;
- Lar;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Psicologia;
- Terapia da Fala.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;



Tracy Tamiro
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Tiago Tenreiro
Rafael O
6
C
M

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



Trigo Tenório
Ribeiro
Câmara

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

- Edifícios e outras construções: 50 Anos
- Edificações ligeiras: 6 anos
- Equipamento básico: 6 Anos
- Equipamento de transporte: 5 Anos



Tiago Teodoro
Hilário
C
C
C

- Equipamento administrativo: 6 Anos
- Outros ativos fixos tangíveis: 8 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

- Programas de Computador: 3 Anos
- Outros ativos Intangíveis: 5 anos



Tiago Ferrero
H. Pereira
6
a
C. M.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perdas para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Neyo Leonardo' and other illegible signatures.

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra



Tiago Tenório
H. Ribeiro
Lg
Oliveira

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Tiago Taurine
Heliário
6
Câmara

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



Tício Tenório
H. Almeida
6
C. Almeida

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Tiago Teodoro
H. Alves
6
Oliveira

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2025
CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Bens do domínio público						
Bens do patrimônio HAC						
Outros ativos fixos tangíveis	3 171 150,54	40 104,43	0,00	0,00	0,00	3 211 254,97
Terrenos e recursos naturais	152 009,93					152 009,93
Edifícios e outras construções	2 002 417,15					2 002 417,15
Equipamento básico	592 918,27	38 930,05				631 848,32
Equipamento de transporte	296 160,70					296 160,70
Equipamento administrativo	74 271,56	1 174,38				75 445,94
Outros ativos fixos tangíveis	10 622,93					10 622,93
Investimentos em Curso	42 750,00					42 750,00
TOTAL	3 171 150,54	40 104,43	0,00	0,00		3 211 254,97
DEPRECIAÇÕES						
Bens do domínio público						
Bens do patrimônio HAC						
Outros ativos fixos tangíveis	1 818 620,09	57 659,65	0,00	0,00	0,00	1 876 279,74
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	893 880,73	38 719,94				932 600,67
Equipamento básico	585 649,73	9 458,34				595 108,07
Equipamento de transporte	268 090,75	8 044,57				276 135,32
Equipamento administrativo	60 810,90	1 001,83				61 812,73
Outros ativos fixos tangíveis	10 187,98	434,97				10 622,95
TOTAL	1 818 620,09	57 659,65	0,00	0,00		1 876 279,74
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	1 352 530,45					1 334 975,23

6. Ativos Intangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Ver nota 3.

b) Os métodos de depreciação usados;

Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Ver nota 3.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciada acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;



Tiago Teixeira
A. Oliveira

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo de aquisição						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis	1 413,53 €	- €	- €	- €	- €	1 413,53 €
- Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Programas de computador	1 413,53 €	- €	- €	- €	- €	1 413,53 €
- Propriedade industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 413,53 €	- €	- €	- €	- €	1 413,53 €
Amortizações						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis	1 315,86 €	97,67 €	- €	- €	- €	1 413,53 €
- Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Programas de computador	1 315,86 €	97,67 €	- €	- €	- €	1 413,53 €
- Propriedade industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 315,86 €	97,67 €	- €	- €	- €	1 413,53 €
Valor líquido contabilístico	97,67 €	- 97,67 €	- €	- €	- €	- €

7. Locações

A 31 de dezembro de 2025 a Entidade detinha as seguintes locações:

Descrição	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Grenke - Lusabit	29 383,09	22 972,24	6 410,85
Total	29 383,09	22 972,24	6 410,85

8. Empréstimos Obtidos

A Entidade detinha os seguintes financiamentos obtidos:

Descrição	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Mútuo - BPI	30 000,06	10 000,02	20 000,04
Total	30 000,06	10 000,02	20 000,04

A Entidade à data de 31/12/2025 tem uma garantia de 28.500,00€ a favor da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A, referente ao empréstimo bancário existente no BPI.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:



Tiago Teodoro
Affonso
6
Carmo

Descrição	Inventário em 01/01/2025	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2025	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	3 946,72	144 318,79	3 986,89	4 315,65	147 936,75
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	3 946,72	144 318,79	3 986,89	4 315,65	147 936,75

Descrição	Inventário em 01/01/2024	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2024	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4 524,48	150 343,20	-226,63	3 946,72	151 147,59
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	4 524,48	150 343,20	-226,63	3 946,72	151 147,59

10. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubrica	2025	2024	Varição Nominal	Varição %
Prestação de Serviços	391 782,50	405 579,67	-13 797,17	-3,40%
Quotas de utilizadores	330 341,57	351 176,91	-20 835,34	-5,93%
Creche	0,00	8 865,94	-8 865,94	-100,00%
Infantário/Pré-Escolar	29 884,04	45 694,31	-15 810,27	-34,60%
A.T.L.	35 239,39	33 073,04	2 166,35	6,55%
Centro de Convívio	672,74	1 681,69	-1 008,95	-60,00%
Centro de Dia	14 863,69	11 788,86	3 074,83	26,08%
Lar	210 468,14	203 846,07	6 622,07	3,25%
Apoio Domiciliário	39 213,57	46 227,00	-7 013,43	-15,17%
Quotas e Jóias	12 459,00	12 210,50	248,50	2,04%
Serviços secundários	48 981,93	42 192,26	6 789,67	16,09%
Subsídios, doações e legados à exploração	1 353 994,67	1 078 983,14	275 011,53	25,49%
Instituto da Segurança Social	1 200 832,59	1 046 950,37	153 882,22	14,70%
Creche	404 183,97	320 393,55	83 790,42	26,15%
Infantário/Pré-Escolar	51 813,89	69 859,09	-18 045,20	-25,83%
A.T.L.	20 057,55	19 735,99	321,56	1,63%
Centro de Convívio	15 309,46	5 518,54	9 790,92	177,42%
Centro de Dia	2 434,46	6 763,87	-4 329,41	-64,01%
Lar	95 042,36	166 101,47	-71 059,11	-42,78%
Apoio Domiciliário	203 734,55	85 569,42	118 165,13	138,09%
C.A.T.	408 256,35	373 008,44	35 247,91	9,45%
Outras Entidades	148 847,16	16 620,34	132 226,82	795,57%
Donativos em espécie	4 314,92	15 412,43	-11 097,51	-72,00%
Outros Rendimentos	60 100,53	52 572,25	7 528,28	14,32%
Rendimentos suplementares	4 000,00	0,00	4 000,00	100,00%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	444,50	1 172,24	-727,74	-62,08%
Outros Rend. Invest. Não Financeiros	1 062,09	742,80	319,29	42,98%
Correções períodos anteriores	2 649,85	269,36	2 380,49	883,76%
Imputação de subsídios ao investimento	33 675,34	34 680,77	-1 005,43	-2,90%
Donativos	11 784,51	12 977,62	-1 193,11	-9,19%
Outros não especificados	6 484,24	2 729,46	3 754,78	137,56%
TOTAL	1 805 877,70	1 537 135,06	268 742,64	17,48%



Tiago Tamarit
H. F. F. F. F.
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024	Variação Nominal	Variação %
Subsídios do Governo	1 200 832,59	1 046 950,37	153 882,22	14,70%
Instituto da Segurança Social	1 200 832,59	1 046 950,37	153 882,22	14,70%
Apoios do Governo	153 162,08	31 637,87	121 524,21	384,11%
Centro de Emprego - IEFP	5 978,88	8 970,67	-2 991,79	-33,35%
Junta de Freguesia de Oiã	2 920,00	1 500,00	1 420,00	94,67%
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	5 000,00	5 754,77	-754,77	-13,12%
Layoff	14 273,00	15 412,43	-1 139,43	-7,39%
Fundo de Socorro Social	124 990,20	0,00	124 990,20	100,00%
TOTAL	1 353 994,67	1 078 588,24	275 406,43	25,53%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente 5 em cada ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 75 e em 2024 foi de 75, sendo que à data de 31/12/2025 eram 73 funcionários e à data de 31/12/2024 eram 73.

É de realçar que durante o ano de 2024 e de 2025 a Entidade recebeu apoios à contratação de funcionário, tais como, contratos de emprego inserção, estágios e cheques formação.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Ticão Tamara
H. H. H.
6
C. C.

Descrição	2025	2024	Varição Nominal	Varição %
Remuneração ao Pessoal	1 019 499,16	984 175,14	35 324,02	3,59%
Encargos sobre Remunerações	226 635,50	212 798,64	13 836,86	6,50%
Seguro de Acidentes de Trabalho	10 306,75	8 692,09	1 614,66	18,58%
Outros Gastos com Pessoal	6 052,68	8 240,35	-2 187,67	-26,55%
TOTAL	1 262 494,09	1 213 906,22	48 587,87	4,00%

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal, descontados dos subsídios recebidos para apoio direto à contratação de funcionários:

Descrição	2025	2024	Varição Nominal	Varição %
Gastos c/ Pessoal	1 262 494,09	1 213 906,22	48 587,87	4,00%
Subsídios à contratação	5 978,88	7 706,87	-1 727,99	-22,42%
Gasto Líquido	1 256 515,21	1 206 199,35	50 315,86	4,17%

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:



Trigo Truro
Oliveira
6
Câmara

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes		
Clientes	609,15	892,99
Utentes	7 954,07	7 871,80
Utentes de Cobrança Duvidosa	17 848,91	17 848,91
Sub-Total	26 412,13	26 613,70
Perdas por imparidade acumuladas		
Utentes	17 848,91	17 848,91
Sub-Total	17 848,91	17 848,91
Total	8 563,22	8 764,79

17.2. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimo de rendimentos	0,00	42 088,84
Comparticipação I.G.F.S.S.	0,00	42 088,84
Outros devedores	150 420,20	18 733,19
I.E.F.P. - Apoios à contratação de pessoal	10 610,36	9 420,99
Camãra Municipal Oliveira do Bairro	500,00	500,00
P.R.R. - Viatura Elétrica	0,00	7 500,00
Jovens CAT	1 003,84	1 312,20
Fundo de Socorro Social	138 306,00	0,00
Adiantamento de fornecedores	2 127,88	1 041,49
Total	152 548,08	61 863,52

17.3. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 115,99	5 322,43
Higiene, Saúde e Conforto	1 874,60	1 533,56
Material da Secretaria	692,24	729,15
TOTAL	7 682,83	7 585,14
Rendimentos a reconhecer		
Fundo de Socorro Social	13 315,80	0,00
Subsídio Exploração - IEFP	10 476,34	5 447,73
TOTAL	23 792,14	5 447,73

17.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com o seguinte saldo:



Descrição	2025	2024	Variação Nominal	Variação %
Caixa	1 041,64	604,40	437,24	72,34%
Depósitos à ordem	8 449,58	35 601,22	-27 151,64	-76,27%
TOTAL	9 491,22	36 205,62	-26 714,40	-73,79%

17.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2025
Fundos	48 337,86	0,00	0,00	48 337,86
Resultados Transitados	375 769,07	0,00	178 828,10	196 940,97
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	847 666,10	0,00	33 675,34	813 990,76
TOTAL	1 271 773,03	0,00	212 503,44	1 059 269,59

17.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IRS	27,60	0,00
IVA	2 702,27	1 779,30
Total	2 729,87	1 779,30
Passivo		
IRS	3 639,00	3 143,50
IVA	1 206,53	11,25
Segurança Social	24 980,73	23 460,47
Total	29 826,26	26 615,22

17.7. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Pessoal - Remunerações a pagar	0,00	3 004,14
Credores por acréscimos de gastos	190 384,33	168 627,59
Abono de jovens CAT	32 887,29	35 789,35
Adiantamentos de clientes e utentes	12 798,73	1 849,35
TOTAL	236 070,35	209 270,43

17.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Tiago Tavares
H. Pereira
E
C. Almeida



Trigo Torres
H. Almeida
E
C. Almeida

Descrição	2025	2024
Subsídios de outras entidades	1 349 679,75	1 063 175,79
Doações	4 314,92	15 412,43
Total	1 353 994,67	1 078 588,22

17.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024	Varição Nominal
Trabalhos especializados	25 686,23	27 844,28	-2 158,05
Publicidade e propaganda	709,63	1 019,21	-309,58
Vigilância e segurança	72,21	823,69	-751,48
Honorários	11 898,00	12 480,24	-582,24
Conservação e reparação	17 558,49	19 558,41	-1 999,92
Serviços Bancários	1 692,12	1 631,26	60,86
Ferramentas e utensílios de	2 487,93	1 698,71	789,22
Material de escritório	5 357,25	7 143,72	-1 786,47
Artigos para oferta	920,24	439,01	481,23
Outros Materiais	11 834,29	11 817,66	16,63
Eletricidade	36 623,95	30 815,33	5 808,62
Combustíveis	42 389,83	39 794,32	2 595,51
Água	12 098,31	13 559,07	-1 460,76
Deslocações e estadas	2 587,56	3 602,32	-1 014,76
Transportes de pessoal	477,68	429,80	47,88
Rendas e alugueres	795,47	773,91	21,56
Comunicação	11 641,29	11 268,89	372,40
Seguros	9 825,32	7 877,41	1 947,91
Contencioso e notariado	128,00	65,00	63,00
Despesas de representação	0,00	135,00	-135,00
Limpeza, higiene e conforto	19 990,61	25 546,42	-5 555,81
Outros serviços	5 119,58	13 845,82	-8 726,24
TOTAL	219 893,99	232 169,48	-12 275,49

17.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024	Varição Nominal	Varição %
Outros rendimentos suplementares	4 000,00	0,00	4 000,00	100,00%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	444,50	1 172,24	-727,74	-62,08%
Sinistros	1 062,09	742,80	319,29	42,98%
Correções períodos anteriores	2 649,85	269,36	2 380,49	883,76%
Imputação de subsídios ao investimento	33 675,34	34 680,77	-1 005,43	-2,90%
Donativos	11 784,51	12 977,62	-1 193,11	-9,19%
Outros não especificados	6 484,24	2 729,46	3 754,78	137,56%
Total	60 100,53	52 572,25	7 528,28	14,32%



O comparativo está desenvolvido no Ponto 10.

17.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024	Variação Nominal	Variação %
Impostos	1 197,35	716,58	480,77	67,09%
Descontos de p.p. concedidos	0,01	0,01	0,00	0,00%
Dívidas incobráveis	0,00	53,00	-53,00	-100,00%
Correções exercícios anteriores	5 915,03	889,59	5 025,44	564,92%
Quotizações	724,47	595,00	129,47	21,76%
Multas e Penalidades	15 408,32	787,55	14 620,77	1856,49%
TOTAL	23 245,18	3 041,73	20 203,45	664,21%

17.12. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024	Variação Nominal	Variação %
Juros de Empréstimos	1 973,30	2 978,26	-1 004,96	-33,74%
Juros de Leasing	82,37	0,00	82,37	0,00%
TOTAL	2 055,67	2 978,26	-922,59	-30,98%

17.13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

O saldo da rubrica de "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Quotas e Outros Serviços	56 642,47	55 700,17
Quotas de cobrança duvidosa	4 299,00	4 299,00
Sub-Total	60 941,47	59 999,17
Perdas por imparidade acumuladas		
Quotas	4 299,00	4 299,00
Sub-Total	4 299,00	4 299,00
Total	56 642,47	55 700,17

17.14. Investimentos Financeiros

A Entidade regista na rubrica de Investimentos Financeiros o valor de 8.267,78 € em 2024 sendo 6.907,86 € ao Fundo de Compensação do Trabalho e 1.359,92 € referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Tiago Tavares
H. Pereira
C
C. M.



Tiro e Tenor
H. H. H. H.
E
C. C. C. C.

Em 2025 o valor era de 8.267,78 € sendo o valor de 6.907,86 € referente ao Fundo de Compensação do Trabalho e de 1.359,92 € referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

17.15. Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)

O saldo da rubrica de "Perdas por Imparidade" e de "Reversões" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Perdas por imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00
Demonstração de Resultados (perdas/reversões)	0,00	0,00

17.16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	84 380,13	99 880,78
TOTAL	84 380,13	99 880,78

A Instituição à data de 31/12/2025 tem uma garantia bancária no valor de 5.000,00€ a favor do fornecedor BP Portugal Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A..

17.17. Número médio de utentes por valência

No quadro abaixo indicado é apresentado o número médio de utentes por valência:

Utentes que frequentaram a Instituição

Valências	2025	2024	Variação Nominal	Variação %
Creche	61	58	3	5,17%
Pré-Escolar	18	31	-13	-41,94%
C.A.T.L.	26	34	-8	-23,53%
C.A.R.	17	17	0	0,00%
Centro de Convívio	6	6	0	0,00%
Centro de Dia	7	3	4	133,33%
E.R.P.I.	22	22	0	0,00%
S.A.D.	17	19	-2	-10,53%
TOTAL	174	190	-16	-8,42%



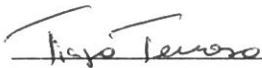
17.18. Acontecimentos após a data do Balanço


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas na reunião da Direção em 19 de março de 2026 e serão submetidas para aprovação pela Assembleia Geral no dia 30 de março de 2026.

Silveiro, 19 de março de 2026

O Contabilista Certificado




A Direção
Associação de Investimentos e Serviços de Gestão

